

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO – UFMA
CENTRO DE CIÊNCIAS DE CODÓ – CCCO
LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

BRENDA JORDÂNIA DIAS ARAÚJO

**MEDIAÇÕES DIDÁTICO-PEDAGÓGICAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL:
ANÁLISE DAS PRÁTICAS DE LEITURA E ESCRITA NO CONTEXTO DO
ENSINO REMOTO**

CODÓ
2025

BRENDA JORDÂNIA DIAS ARAÚJO

**MEDIAÇÕES DIDÁTICO-PEDAGÓGICAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL:
ANÁLISE DAS PRÁTICAS DE LEITURA E ESCRITA NO CONTEXTO DO
ENSINO REMOTO**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de Licenciatura em
Pedagogia do Centro de Ciências de Codó,
da Universidade Federal do Maranhão,
como requisito parcial para obtenção do
grau de Licenciado(a) em Pedagogia.

Orientador: Profa. Dr. João Rudá Meneses
Macedo.

CODÓ
2025

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a) autor(a).
Diretoria Integrada de Bibliotecas/UFMA

Dias Araújo, Brenda Jordânia.
MEDIACÕES DIDÁTICO-PEDAGÓGICAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL:
ANÁLISE DAS PRÁTICAS DE LEITURA E ESCRITA NO CONTEXTO DO
ENSINO REMOTO / Brenda Jordânia Dias Araújo. - 2025.
28 f.

Orientador(a): João Rudá Meneses Macedo.
Curso de Pedagogia, Universidade Federal do Maranhão,
Codó, 2025.

1. Educação Infantil. 2. Ensino Remoto. 3. Práticas
de Leitura e Escrita. I. Meneses Macedo, João Rudá. II.
Título.

BRENDA JORDÂNIA DIAS ARAÚJO

**MEDIAÇÕES DIDÁTICO-PEDAGÓGICAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL:
ANÁLISE DAS PRÁTICAS DE LEITURA E ESCRITA NO CONTEXTO DO
ENSINO REMOTO**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de Licenciatura em
Pedagogia do Centro de Ciências de Codó,
da Universidade Federal do Maranhão,
como requisito parcial para obtenção do
grau de Licenciado(a) em Pedagogia.

Data da defesa: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

JOÃO RUDÁ MENESES MACEDO

Docente (Orientador)

AZIEL ALVES DE ARRUDA

Docente (1º Membro)

MARIA DE FATIMA SOUSA SILVA

Docente (2º Membro)

CODÓ

2025

RESUMO

A pandemia de Covid-19 impôs desafios inéditos à Educação Infantil, impactando diretamente as práticas pedagógicas voltadas para a leitura e a escrita. Este artigo analisa as dinâmicas e tensões da mediação docente no ensino remoto, refletindo sobre as possibilidades e os limites dessa experiência no desenvolvimento da linguagem escrita em um contexto marcado por desigualdades estruturais. A pesquisa, de natureza qualitativa e bibliográfica, baseia-se em estudos recentes publicados no período pós-pandemia, além de documentos normativos que regulamentaram o ensino remoto emergencial. Os achados indicam que a migração abrupta do ensino presencial para o remoto alterou significativamente as interações pedagógicas, limitou o acesso equitativo à aprendizagem e sobrecarregou as famílias no acompanhamento das atividades escolares. Constatou-se, ainda, que estratégias de adaptação foram adotadas, mas não eliminaram as dificuldades decorrentes da ausência do espaço escolar e da precariedade no acesso a tecnologias digitais. O estudo evidencia a necessidade de reconfigurações estruturais no campo educacional, considerando as implicações dessa experiência para a alfabetização na infância e para a formulação de políticas educacionais mais equitativas.

PALAVRAS-CHAVE: educação infantil. ensino remoto. práticas de leitura e escrita.

ABSTRACT

The Covid-19 pandemic imposed unprecedented challenges on Early Childhood Education, directly impacting pedagogical practices related to reading and writing. This article analyzes the dynamics and tensions of teacher mediation in remote teaching, reflecting on the possibilities and limitations of this experience in the development of written language within a context marked by structural inequalities. The research, qualitative and bibliographic in nature, is based on recent studies published in the post-pandemic period, as well as regulatory documents that governed emergency remote teaching. The findings indicate that the abrupt transition from in-person to remote education significantly altered pedagogical interactions, limited equitable access to learning, and placed an additional burden on families in supporting school activities. It was also observed that adaptation strategies were implemented, but they did not eliminate the difficulties arising from the absence of the school environment and the precarious access to digital technologies. The study highlights the need for structural reconfigurations in the educational field, considering the implications of this experience for childhood literacy and the formulation of more equitable educational policies.

KEYWORDS: early childhood education. remote teaching. reading and writing practices.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	8
2 MÉTODO	10
3 RESULTADOS E DISCUSSÃO	12
3.1 DESAFIOS NA MEDIAÇÃO PEDAGÓGICA.....	14
3.2 PARTICIPAÇÃO DAS FAMÍLIAS NA MEDIAÇÃO DO ENSINO REMOTO.....	16
3.3 ESTRATÉGIAS ADOTADAS PARA MINIMIZAR OS IMPACTOS	18
4 DISCUSSÃO	22
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	25
REFERÊNCIAS	27

1 INTRODUÇÃO

A pandemia de Covid-19 impôs desafios sem precedentes ao sistema educacional global, levando a uma reorganização emergencial das práticas pedagógicas e à adoção do ensino remoto em diversas etapas da escolarização. No caso da Educação Infantil, essa transição representou uma ruptura significativa na forma como as crianças se relacionam com os processos de aprendizagem, especialmente no que diz respeito à apropriação da leitura e da escrita.

O fechamento das escolas e a necessidade de adaptação das interações pedagógicas ao ambiente virtual reconfiguraram a mediação docente, alteraram o papel das famílias no acompanhamento das atividades escolares e evidenciaram desigualdades estruturais que já permeavam a educação brasileira. A literatura sobre a alfabetização infantil destaca que a aquisição da leitura e da escrita não se restringe à decodificação de símbolos gráficos, mas envolve um processo interativo e culturalmente situado, no qual as crianças constroem significados por meio da oralidade, das experiências lúdicas e da participação em práticas sociais letradas (SOARES, 2020).

No contexto do ensino remoto, essas interações foram severamente reduzidas ou reconfiguradas por meio de tecnologias digitais, gerando implicações que ainda carecem de investigação mais aprofundada. Além dos desafios metodológicos impostos pela pandemia, a experiência do ensino remoto na Educação Infantil evidenciou a falta de políticas públicas adequadas para garantir o acesso equitativo à aprendizagem nesse nível de ensino. Estudos recentes demonstram que, para Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação — REASE Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação. São Paulo, v. 11, n. 2, fev. 2025. ISSN: 2675-3375 2603 muitas crianças, as dificuldades de acesso a dispositivos tecnológicos e à internet restringiram sua participação nas atividades remotas, ampliando as desigualdades educacionais (UNESCO, 2021; CNE, 2022). Esse cenário levanta questionamentos sobre a viabilidade do ensino remoto para a Educação Infantil, uma vez que essa etapa de escolarização pressupõe a interação direta entre crianças, educadores e materiais concretos como elementos fundamentais do processo de ensino-aprendizagem. Outro fator relevante a ser considerado é a reconfiguração do papel das famílias no ensino remoto. Durante o período pandêmico, a mediação das atividades pedagógicas foi transferida, em

grande parte, para os responsáveis pelas crianças, o que gerou dificuldades tanto para as famílias, que nem sempre possuíam condições adequadas para assumir esse papel, quanto para os docentes, que precisaram reformular suas estratégias didáticas sem uma formação prévia para o uso de metodologias digitais no ensino infantil (FONSECA, 2021).

O impacto dessa mudança na qualidade da alfabetização e na progressão da aprendizagem das crianças ainda é um tema em debate, especialmente diante da heterogeneidade das condições familiares e sociais que influenciam esse processo. Do ponto de vista legal, o ensino remoto emergencial foi regulamentado no Brasil por meio de normativas que flexibilizaram a obrigatoriedade da presença física dos estudantes e permitiram a adoção de estratégias híbridas para a continuidade do ano letivo (BRASIL, 2020).

No entanto, no caso da Educação Infantil, essa flexibilização gerou controvérsias, uma vez que a legislação brasileira e documentos orientadores, como a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCNEI), enfatizam a importância da interação social, da ludicidade e da experimentação concreta como princípios estruturantes dessa etapa da educação básica. A ausência de diretrizes específicas para a condução do ensino remoto na Educação Infantil fez com que as escolas e os professores precisassem criar soluções improvisadas, muitas vezes sem suporte técnico e pedagógico adequado.

Diante desse cenário, este artigo tem como objetivo analisar as possibilidades e os limites das práticas pedagógicas de leitura e escrita na Educação Infantil durante o ensino remoto, problematizando como a mediação docente e o acesso desigual às tecnologias impactaram esse processo. A pesquisa adota uma abordagem qualitativa e bibliográfica, com base na análise de publicações recentes sobre os desafios do ensino remoto na infância, considerando os impactos observados na mediação pedagógica, no engajamento das crianças e na participação das famílias. A investigação se insere em um campo de estudos ainda em construção, uma vez que os efeitos da pandemia sobre a educação infantil ainda estão sendo compreendidos e documentados. Ao refletir sobre essa experiência e suas consequências, este artigo busca contribuir para o debate sobre a adequação das políticas educacionais e das práticas pedagógicas voltadas à alfabetização infantil em contextos emergenciais e pós-pandemia.

2 MÉTODO

Os dados foram obtidos a partir da seleção e análise de artigos científicos, livros, dissertações, teses e documentos oficiais que abordam o impacto da pandemia na Educação Infantil e as estratégias adotadas para a continuidade do ensino remoto. A revisão bibliográfica incluiu publicações indexadas em bases de dados reconhecidas, como SciELO, CAPES Periódicos e Google Acadêmico, priorizando materiais publicados a partir de 2020, com o objetivo de garantir atualidade e relevância.

Além da literatura acadêmica, foram analisados documentos normativos e orientações educacionais que regulamentaram a implementação do ensino remoto emergencial, como o Parecer CNE/CP nº 5/2020, a Lei nº 14.040/2020, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e relatórios educacionais de organizações internacionais, como a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) e o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF). A seleção das referências seguiu os seguintes critérios: a) Temporalidade: foram priorizados estudos e documentos publicados entre 2020 e 2024, de forma a refletir as discussões mais recentes sobre o impacto da pandemia no ensino infantil. b) Relevância temática: foram incluídos textos que abordam diretamente o ensino remoto na Educação Infantil, a alfabetização na infância, o uso de tecnologias digitais na educação e os efeitos da pandemia sobre o aprendizado da leitura e da escrita. c) Reconhecimento acadêmico e institucional: foram selecionadas publicações de autores e instituições de referência na área da educação, garantindo a validade científica das fontes analisadas. A pesquisa não inclui dados empíricos originais coletados por meio de entrevistas ou observações diretas, sendo exclusivamente baseada na revisão e interpretação de materiais publicados. A análise dos dados foi realizada a partir de uma leitura crítica dos textos selecionados, seguindo um processo de sistematização das informações para identificar convergências e divergências nos resultados apresentados pelas diferentes fontes.

Foram consideradas as seguintes categorias de análise: a) Impactos do ensino remoto na aprendizagem da leitura e da escrita – investiga-se como a migração para o ensino remoto afetou a alfabetização infantil, com base nas evidências relatadas em estudos pós-pandemia. b) Desafios da mediação pedagógica no ambiente virtual – examina-se de que maneira os professores reformularam suas práticas pedagógicas

diante das restrições do ensino remoto e das limitações do uso de tecnologias digitais com crianças pequenas. c) Participação das famílias na mediação do ensino remoto – analisa-se o papel dos responsáveis no acompanhamento das atividades de leitura e escrita, considerando as desigualdades no acesso a recursos educacionais e tecnológicos. d) Estratégias adotadas para minimizar os impactos do ensino remoto – identifica-se as práticas e ferramentas utilizadas pelos docentes e pelas instituições para garantir a continuidade do processo de alfabetização, bem como suas limitações. e) A interpretação dos dados seguiu uma abordagem crítica, buscando evidenciar não apenas as dificuldades enfrentadas durante o ensino remoto, mas também as tensões estruturais que atravessam a Educação Infantil no Brasil.

A análise foi embasada em estudos que discutem o conceito de alfabetização enquanto prática social e cultural, considerando os desafios históricos e contemporâneos da inserção das crianças no mundo da leitura e da escrita. Como se trata de um estudo de caráter bibliográfico, a pesquisa não apresenta dados empíricos coletados diretamente em escolas ou junto a docentes e estudantes, o que limita a possibilidade de captar experiências individuais e especificidades locais. Além disso, a dependência de fontes secundárias significa que os resultados obtidos estão condicionados à disponibilidade de pesquisas anteriores sobre o tema. No entanto, a seleção das referências buscou minimizar essa limitação, garantindo que as análises fossem fundamentadas em um conjunto de estudos recentes e documentos oficiais. Por meio desse percurso metodológico, a pesquisa busca contribuir para o debate sobre os desafios e possibilidades do ensino remoto na Educação Infantil, fornecendo elementos para a reflexão sobre a reconfiguração das práticas pedagógicas de leitura e escrita nesse contexto.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise dos estudos e documentos oficiais selecionados revelou quatro categorias principais que evidenciam os desafios e as estratégias adotadas no ensino remoto na Educação Infantil: (a) impactos na aprendizagem da leitura e da escrita; (b) desafios na mediação pedagógica; (c) participação das famílias; e (d) estratégias adotadas para minimizar os efeitos negativos desse modelo emergencial. A alfabetização infantil é um processo social e cultural que se estrutura a partir de interações mediadas por diferentes linguagens, experiências lúdicas e práticas situadas de leitura e escrita (SOARES, 2020).

Nesse sentido, a transição abrupta para o ensino remoto emergencial, imposta pela pandemia de Covid-19, interrompeu significativamente a dinâmica escolar, alterando a forma como as crianças tiveram acesso aos textos e às práticas de leitura e escrita. A substituição do ambiente físico da escola pelo digital limitou a diversidade de estímulos linguísticos e simbólicos disponíveis às crianças, comprometendo a constituição de referenciais para a apropriação da linguagem escrita. Relatórios internacionais, como o da UNESCO (2021), apontam que a pandemia representou uma das maiores crises educacionais da história recente, impactando de maneira mais severa os primeiros anos da escolarização, em que a alfabetização está em curso. Estima-se que, em países de baixa e média renda, a proporção de crianças incapazes de ler e compreender um texto simples aos 10 anos de idade tenha aumentado de 53% para 70% durante o período de fechamento das escolas. No Brasil, dados do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF, 2022) mostram que, entre 2019 e 2021, a proporção de crianças de 7 e 8 anos que não sabiam ler e escrever saltou de 25% para 45%, um reflexo direto das dificuldades impostas pelo ensino remoto para a alfabetização infantil.

A experiência do ensino remoto comprometeu aspectos fundamentais da aprendizagem da leitura e da escrita ao reduzir as oportunidades de interação entre crianças, professores e materiais pedagógicos. Diferentes estudos (CNE, 2022; BRASIL, 2021) indicam que a ausência de contato físico com livros, jogos e outros suportes textuais restringiu o acesso das crianças ao universo letrado, tornando a alfabetização um processo mais fragmentado e dependente da mediação familiar. Além disso, pesquisas como a de Silva et al. (2021) revelam que a alfabetização no contexto remoto se tornou ainda mais desafiadora pela dificuldade dos docentes em

oferecer feedback imediato, algo essencial na correção de erros e no desenvolvimento da fluência leitora e da compreensão textual. Outro fator relevante é a intensificação da desigualdade educacional.

O Relatório do Conselho Nacional de Educação (CNE, 2022) enfatiza que a dependência da tecnologia e da mediação familiar no ensino remoto ampliou as disparidades no aprendizado da leitura e da escrita. Enquanto crianças pertencentes a grupos socioeconômicos favorecidos contaram com maior suporte parental e acesso a dispositivos eletrônicos, aquelas em situação de vulnerabilidade enfrentaram dificuldades para acompanhar as atividades escolares, resultando em um processo de alfabetização mais precário e desigual. O impacto dessas desigualdades pode ser observado nos resultados de avaliações de aprendizagem, como os dados do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB, 2021), que apontam para um aumento significativo no percentual de crianças que não atingiram níveis mínimos de proficiência em leitura e escrita após o ensino remoto.

A literatura aponta que a alfabetização na infância deve ser compreendida como uma prática social e discursiva, na qual a interação com diferentes gêneros textuais e a apropriação da escrita como forma de expressão são fundamentais para a construção do sentido do ato de ler e escrever (SOARES, 2020; TEBEROSKY; COLOMER, 2013). No entanto, no ensino remoto, as atividades de leitura e escrita passaram a ser desenvolvidas de maneira menos integrada e contextualizada, o que limitou a participação ativa das crianças na construção de hipóteses sobre o funcionamento da língua escrita.

Além disso, a falta de interações espontâneas no ambiente escolar restringiu a possibilidade de trocas entre pares, que são centrais para a aprendizagem e a construção coletiva do conhecimento. Dessa forma, os impactos do ensino remoto na alfabetização infantil não se restringem à defasagem de conteúdos, mas evidenciam a fragilidade estrutural do sistema educacional para garantir equidade no acesso à aprendizagem. A redução das interações sociais, a desigualdade na disponibilidade de recursos tecnológicos e a dificuldade dos professores em adaptar práticas de alfabetização para o meio digital indicam que a experiência da pandemia não apenas comprometeu a aprendizagem da leitura e da escrita, mas também evidenciou a necessidade de políticas públicas que assegurem suporte adequado para a Educação Infantil e os anos iniciais do Ensino Fundamental.

3.1 DESAFIOS NA MEDIAÇÃO PEDAGÓGICA

A mediação pedagógica é um elemento central no processo de ensino e aprendizagem, especialmente na Educação Infantil, em que a relação entre professores e crianças desempenha um papel determinante para o desenvolvimento da leitura e da escrita. No contexto do ensino remoto, essa mediação foi profundamente alterada, exigindo dos docentes adaptações metodológicas para um ambiente digital que, por sua natureza, impôs desafios à interação, ao acompanhamento individualizado e à ludicidade – elementos fundamentais para a alfabetização.

A transposição do ensino presencial para o modelo remoto ocorreu sem planejamento adequado e sem formação específica para os professores, que precisaram desenvolver estratégias emergenciais para a continuidade da aprendizagem. De acordo com o relatório da UNESCO (2021), um dos principais desafios do ensino remoto foi a falta de preparo dos docentes para o uso de tecnologias digitais em sua prática pedagógica, o que comprometeu a efetividade da mediação no processo de alfabetização. No Brasil, o Parecer CNE/CP nº 5/2020 reconheceu essa lacuna e recomendou a formação continuada dos educadores, mas a implementação dessas ações ocorreu de maneira desigual entre os diferentes sistemas de ensino, o que ampliou as dificuldades enfrentadas pelos professores.

A literatura sobre alfabetização infantil destaca que a mediação pedagógica depende de interações diretas, de feedbacks imediatos e do acompanhamento contínuo do processo de construção do conhecimento (SOARES, 2020; TEBEROSKY; COLOMER, 2013). No ensino remoto, a ausência desses elementos impôs barreiras significativas à alfabetização, uma vez que a aprendizagem da leitura e da escrita exige correções em tempo real, estímulos visuais e auditivos e a possibilidade de experimentar diferentes formas de expressão. Silva et al. (2021) apontam que, na impossibilidade de observar de perto o desenvolvimento das crianças, os professores enfrentaram dificuldades para identificar os erros e ajustar suas intervenções pedagógicas, comprometendo a personalização do ensino.

Outro fator relevante foi a dificuldade de adaptação dos recursos pedagógicos para o ambiente digital. O ensino da leitura e da escrita na Educação Infantil envolve o uso de materiais concretos, jogos, brincadeiras e atividades coletivas, que estimulam a experimentação e a construção ativa do conhecimento. No entanto, como

destacado por Cunha e Carvalho (2021), a mediação digital restringiu essas possibilidades, tornando as práticas mais expositivas e menos interativas. A adaptação de atividades para telas nem sempre conseguiu manter o engajamento das crianças, que, por sua faixa etária, apresentam dificuldades em sustentar a atenção em conteúdos digitais por períodos prolongados.

Além disso, a mediação pedagógica no ensino remoto esbarrou na necessidade de compartilhamento da responsabilidade pelo aprendizado com as famílias. Enquanto no ambiente escolar o professor assume o papel central na condução das atividades, no modelo remoto essa mediação passou a depender, em grande parte, do suporte dos responsáveis. O Relatório do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF, 2022) apontou que muitas famílias não tinham condições de auxiliar as crianças na alfabetização, seja por dificuldades de escolarização dos próprios pais, seja pela sobrecarga de trabalho e pela falta de infraestrutura para acompanhar as atividades remotas. Essa limitação fez com que a mediação pedagógica se tornasse ainda mais desigual, aprofundando as disparidades no aprendizado da leitura e da escrita entre crianças de diferentes contextos socioeconômicos.

Outro desafio identificado nos estudos analisados refere-se à sobrecarga emocional e profissional dos docentes. O ensino remoto demandou dos professores não apenas a reformulação de suas práticas pedagógicas, mas também a gestão de novas ferramentas digitais, a comunicação constante com as famílias e a adaptação de suas rotinas de trabalho para o contexto doméstico. Gatti et al. (2021) indicam que muitos docentes relataram cansaço extremo e dificuldades em manter a qualidade da mediação pedagógica diante da falta de infraestrutura tecnológica adequada, da ausência de formação para o ensino remoto e do aumento da carga de trabalho.

Diante desses desafios, os resultados analisados sugerem que a experiência do ensino remoto evidenciou a necessidade de um modelo de formação docente que contemple o uso pedagógico das tecnologias digitais, sem desconsiderar os princípios fundamentais da alfabetização infantil. Para que a mediação pedagógica em contextos híbridos ou digitais seja mais efetiva, é fundamental que haja investimentos em capacitação docente, em políticas públicas que reduzam as desigualdades no acesso à tecnologia e em metodologias que integrem as práticas presenciais e remotas de forma complementar.

O ensino remoto na Educação Infantil demonstrou que a mediação pedagógica é um processo que vai além da transmissão de conteúdos e que a alfabetização não pode ser reduzida a um ensino mecanicista. A aprendizagem da leitura e da escrita exige interação, ludicidade e um ambiente que favoreça a experimentação. A experiência pandêmica evidenciou que, sem essas condições, a mediação se torna frágil, impactando diretamente a aprendizagem e acentuando desigualdades estruturais no campo educacional.

3.2 PARTICIPAÇÃO DAS FAMÍLIAS NA MEDIAÇÃO DO ENSINO REMOTO

A migração emergencial para o ensino remoto durante a pandemia de Covid-19 alterou não apenas a relação das crianças com a escola, mas também a participação das famílias no processo educativo, especialmente na alfabetização infantil. Se, no contexto presencial, os professores desempenham um papel central na mediação da aprendizagem da leitura e da escrita, no ensino remoto essa responsabilidade foi, em grande parte, transferida para os responsáveis, que passaram a ser os principais interlocutores entre as crianças e as práticas pedagógicas. No entanto, essa nova configuração gerou desafios significativos, especialmente devido às desigualdades socioeconômicas e à falta de preparo das famílias para assumir esse papel.

De acordo com o relatório da UNESCO (2021), a pandemia impôs às famílias uma carga inédita de responsabilidades educacionais, especialmente nos primeiros anos do ensino básico, etapa em que a presença do professor é essencial para a mediação da aprendizagem. O documento enfatiza que essa transferência de responsabilidades ocorreu sem qualquer tipo de formação ou suporte adequado para os responsáveis, o que impactou diretamente a continuidade da alfabetização de crianças que dependiam do ambiente escolar para interagir com a linguagem escrita. No Brasil, o Relatório do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF, 2022) aponta que a desigualdade de acesso à educação foi agravada pelo fato de que muitas famílias não tinham condições materiais ou educacionais para auxiliar as crianças na realização das atividades remotas.

Os desafios enfrentados pelos responsáveis foram diversos. Pesquisas como as de Gatti et al. (2021) indicam que a escolarização dos pais foi um fator determinante na qualidade do suporte oferecido às crianças. Em domicílios onde os responsáveis

possuíam níveis mais altos de escolaridade, houve maior engajamento nas atividades propostas, o que favoreceu a continuidade da aprendizagem. Em contrapartida, em famílias de menor escolarização, as dificuldades foram maiores, tanto pela limitação de conhecimento sobre os conteúdos pedagógicos quanto pela falta de familiaridade com metodologias de ensino da leitura e da escrita.

Além disso, a sobrecarga de trabalho e a falta de tempo para acompanhar as crianças foram fatores que impactaram negativamente a mediação familiar da alfabetização. Relatórios do Conselho Nacional de Educação (CNE, 2022) destacam que, para muitas famílias, conciliar o trabalho com o apoio às atividades escolares foi um desafio, especialmente em lares onde os responsáveis precisaram manter suas rotinas profissionais presenciais, sem tempo disponível para mediar a aprendizagem. A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD-C, 2021) revela que 40% dos responsáveis por crianças em idade escolar relataram dificuldades para auxiliar nas atividades remotas devido a compromissos profissionais, evidenciando a desigualdade na capacidade de suporte familiar ao ensino remoto.

Outro fator que impactou a participação das famílias foi o acesso desigual à tecnologia e à internet. O ensino remoto pressupõe o uso de plataformas digitais, aplicativos de mensagens e materiais enviados por meio de arquivos e vídeos, mas muitas famílias não dispunham de dispositivos adequados ou conexão de qualidade para garantir a participação efetiva das crianças. Segundo o Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação (Cetic.br, 2021), 47% das crianças de famílias de baixa renda não possuíam um computador ou tablet para acompanhar as aulas, e 34% enfrentavam dificuldades de conexão à internet, o que prejudicou o envolvimento familiar na mediação da alfabetização.

A adaptação das famílias ao novo modelo educacional também enfrentou desafios emocionais e psicológicos. A pandemia gerou um contexto de incertezas e estresse, o que impactou a rotina doméstica e afetou a relação das crianças com as atividades escolares. Estudos de Carvalho e Fonseca (2022) demonstram que muitas famílias relataram dificuldades em manter a motivação das crianças para a realização das atividades remotas, especialmente porque o ensino a distância reduziu a dimensão interativa e lúdica das práticas pedagógicas. Além disso, a falta de interação com outras crianças e com os professores gerou desmotivação e dificuldades na concentração, aumentando a resistência das crianças em relação às atividades de leitura e escrita.

Apesar das dificuldades, algumas estratégias foram desenvolvidas para apoiar as famílias no processo de mediação da aprendizagem. Em algumas redes de ensino, os professores buscaram manter um contato frequente com os responsáveis por meio de grupos de mensagens e reuniões virtuais, oferecendo orientações sobre como auxiliar as crianças na alfabetização (CNE, 2022). Além disso, materiais impressos foram enviados para as famílias em algumas localidades, como forma de garantir que as crianças tivessem acesso aos conteúdos pedagógicos mesmo sem conexão à internet. No entanto, essas estratégias não foram implementadas de maneira homogênea em todo o país, refletindo a desigualdade estrutural do sistema educacional brasileiro.

Diante desse cenário, os resultados analisados sugerem que a experiência do ensino remoto evidenciou a necessidade de fortalecer a relação entre escola e família, não apenas em momentos de crise, mas como parte integrante de uma proposta pedagógica que valorize a participação ativa dos responsáveis na alfabetização infantil. No entanto, para que essa participação ocorra de forma equitativa, é fundamental que políticas públicas garantam apoio às famílias em situações de vulnerabilidade, seja por meio da ampliação do acesso à internet e a dispositivos digitais, seja pela oferta de programas de formação e acompanhamento para os responsáveis.

Os desafios enfrentados durante o ensino remoto reforçam a ideia de que a alfabetização infantil é um processo que não pode ser isolado da interação social e das práticas escolares mediadas por docentes qualificados. A experiência da pandemia demonstrou que, sem suporte adequado, a mediação familiar tende a reproduzir desigualdades e comprometer o desenvolvimento da leitura e da escrita. Assim, a busca por um modelo educacional mais inclusivo e equitativo passa necessariamente pelo fortalecimento de políticas que garantam tanto a formação docente quanto o suporte adequado às famílias, reconhecendo que a alfabetização infantil deve ser um compromisso compartilhado entre escola, comunidade e poder público.

3.3 ESTRATÉGIAS ADOTADAS PARA MINIMIZAR OS IMPACTOS

Durante a pandemia de Covid-19, a necessidade de adaptação ao ensino remoto impôs desafios significativos à alfabetização infantil, exigindo a adoção de estratégias emergenciais para minimizar os impactos na aprendizagem da leitura e da escrita. Diante da impossibilidade do contato direto com o ambiente escolar, diferentes redes de ensino buscaram alternativas para garantir que as crianças continuassem a ter acesso às práticas de letramento, ainda que em condições adversas. No entanto, a eficácia dessas estratégias variou consideravelmente, uma vez que as desigualdades estruturais do sistema educacional brasileiro limitaram o alcance de muitas das iniciativas implementadas.

Uma das primeiras medidas adotadas por diversas redes de ensino foi a distribuição de materiais impressos como alternativa ao ensino digital. Considerando que uma parcela significativa das crianças, especialmente aquelas em situação de vulnerabilidade social, não possuía acesso regular à internet ou a dispositivos eletrônicos adequados, a oferta de atividades impressas buscou assegurar algum nível de continuidade na aprendizagem (CNE, 2022). Relatórios nacionais indicam que aproximadamente 60% das redes municipais utilizaram essa estratégia, sobretudo em áreas rurais e em comunidades onde a infraestrutura tecnológica era precária (BRASIL, 2021). No entanto, estudos demonstram que, embora tenha sido uma solução importante, a distribuição de materiais impressos apresentou limitações, uma vez que, sem a mediação direta do professor, muitas crianças enfrentaram dificuldades para compreender e desenvolver as atividades propostas (UNICEF, 2022). A falta de feedback imediato e a necessidade de apoio familiar foram obstáculos adicionais, reforçando a desigualdade entre os alunos cujos responsáveis puderam acompanhar as tarefas e aqueles que não contaram com esse suporte (PNAD-C, 2021).

A adaptação das práticas pedagógicas ao ensino remoto foi outro eixo de estratégias desenvolvidas para atenuar os impactos da pandemia. Diante das restrições impostas pela ausência do contato presencial, os professores buscaram alternativas metodológicas para garantir a continuidade do processo de alfabetização. A utilização de vídeos gravados e áudios explicativos tornou-se uma prática comum, permitindo que as crianças tivessem acesso a explicações e leituras compartilhadas mesmo sem a presença do professor. Além disso, plataformas interativas foram adotadas em algumas redes municipais e estaduais, utilizando elementos lúdicos para estimular a aprendizagem, como ocorreu com o programa AprendiZAP,

implementado no estado do Ceará, que disponibilizava conteúdos educativos em um aplicativo de mensagens acessível mesmo para famílias sem acesso a computadores (UNICEF, 2021). No entanto, o uso dessas ferramentas digitais não se mostrou acessível a todas as crianças, uma vez que a conectividade limitada e a falta de familiaridade das famílias com o uso dessas plataformas restringiram a adesão de muitos estudantes, especialmente na Educação Infantil (CETIC.br, 2021).

A intensificação do contato entre professores e famílias foi outra estratégia adotada para minimizar as dificuldades do ensino remoto. A necessidade de orientação aos responsáveis levou muitos docentes a estabelecerem canais diretos de comunicação, seja por meio de grupos de mensagens, videochamadas ou até mesmo visitas esporádicas às residências dos alunos, quando possível. Relatórios do UNICEF (2022) apontam que, em diversas redes de ensino, os professores passaram a realizar encontros virtuais semanais com as famílias para esclarecer dúvidas e fornecer diretrizes sobre como apoiar as crianças no processo de alfabetização. Entretanto, essa estratégia também enfrentou desafios, uma vez que a sobrecarga dos docentes e a dificuldade de muitas famílias em conciliar trabalho e acompanhamento escolar limitaram a efetividade desse modelo de suporte. Pesquisas realizadas pelo CNE (2022) indicam que, enquanto em escolas privadas mais de 75% dos professores conseguiram manter uma comunicação frequente com as famílias, em escolas públicas esse percentual foi de apenas 45%, refletindo a desigualdade no acesso a recursos para a manutenção do vínculo escolar.

Além das estratégias pedagógicas individuais, políticas públicas emergenciais foram implementadas para mitigar as perdas de aprendizagem. Programas de recuperação da alfabetização foram estruturados em algumas regiões para reforçar o ensino da leitura e da escrita assim que as escolas foram reabertas. O estado de São Paulo, por exemplo, lançou o Programa de Recomposição da Aprendizagem, que ofereceu aulas presenciais complementares para crianças que apresentavam defasagem na alfabetização (SÃO PAULO, 2022). Iniciativas semelhantes foram adotadas em Pernambuco, com o Programa Criança Alfabetizada, que combinou a distribuição de materiais adaptados ao ensino remoto com formação continuada para os professores (PERNAMBUCO, 2021). No âmbito nacional, o Ministério da Educação também lançou diretrizes para programas de reforço escolar, incentivando redes estaduais e municipais a adotarem estratégias específicas para crianças em processo de alfabetização (BRASIL, 2022). Apesar dessas iniciativas, especialistas indicam

que a recomposição da aprendizagem deve ser um processo contínuo e de longo prazo, uma vez que os impactos da pandemia na alfabetização infantil tendem a se refletir nos anos seguintes (SOARES, 2022).

A experiência do ensino remoto também estimulou reflexões sobre o papel das tecnologias digitais na educação e a viabilidade de um modelo híbrido de ensino. Embora tenha ficado evidente que a alfabetização infantil depende fundamentalmente do contato direto com práticas letradas e interações presenciais, alguns pesquisadores defendem que a incorporação de recursos digitais pode ser um suporte relevante para a aprendizagem, desde que seja feita de maneira planejada e equitativa (UNESCO, 2022). O uso de metodologias híbridas, aliando momentos presenciais e atividades mediadas por tecnologia, poderia contribuir para enriquecer o processo de alfabetização e oferecer novas oportunidades de ensino. No entanto, para que essa abordagem seja viável, são necessários investimentos na formação docente, no desenvolvimento de metodologias apropriadas e na ampliação do acesso das famílias a dispositivos e internet, de modo a garantir que a digitalização da educação não acentue ainda mais as desigualdades já existentes.

As estratégias adotadas para minimizar os impactos do ensino remoto na alfabetização infantil demonstram que, embora tenham sido desenvolvidas soluções criativas e inovadoras, elas não foram capazes de substituir integralmente a experiência da sala de aula presencial. A distribuição de materiais impressos, o uso de recursos digitais, a intensificação do contato com as famílias e os programas de recuperação da aprendizagem foram medidas que contribuíram para mitigar as dificuldades enfrentadas pelas crianças, mas sua eficácia foi limitada pelas desigualdades estruturais do sistema educacional. A pandemia evidenciou que o ensino remoto emergencial, quando aplicado de maneira improvisada e sem um planejamento adequado, pode aprofundar as disparidades educacionais e comprometer o desenvolvimento pleno da leitura e da escrita. No entanto, a experiência também trouxe aprendizados sobre a importância da relação entre escola e família, do papel das tecnologias na educação e da necessidade de políticas públicas para assegurar que todas as crianças tenham acesso a uma alfabetização de qualidade. O desafio que se impõe no cenário pós-pandêmico é garantir que esses aprendizados sejam incorporados em estratégias de longo prazo que promovam a equidade e a qualidade do ensino para as novas gerações.

4 DISCUSSÃO

Os impactos do ensino remoto na alfabetização infantil, evidenciados ao longo deste estudo, demonstram que a transição abrupta das atividades presenciais para um ambiente virtual não foi apenas um desafio logístico, mas também pedagógico, social e estrutural. A análise das estratégias adotadas revela que, apesar dos esforços de professores, gestores e famílias, a alfabetização das crianças sofreu retrocessos consideráveis, reforçando desigualdades preexistentes e questionando a viabilidade de um modelo remoto ou híbrido para essa etapa do ensino.

Os dados revisados apontam que a aprendizagem da leitura e da escrita exige um contexto interativo, no qual a mediação pedagógica e o contato com diferentes suportes textuais ocorrem de maneira dinâmica e situada (SOARES, 2020). No ensino remoto, a ausência de interações espontâneas e o distanciamento entre professor e aluno comprometeram um dos pilares centrais da alfabetização: a construção do sentido da linguagem escrita. Estudos demonstram que a alfabetização não se restringe à decodificação de símbolos gráficos, mas depende da compreensão da função social da escrita e da participação ativa das crianças em práticas de leitura e produção textual (TOLCHINSKY, 2003). No entanto, a transposição desses processos para um ambiente digital reduziu a possibilidade de engajamento das crianças na linguagem escrita de maneira significativa e contextualizada.

Outro fator crítico identificado é a dificuldade na mediação pedagógica em contextos remotos. Como demonstrado pelo relatório da UNESCO (2021), a pandemia revelou a falta de preparo da maioria dos sistemas educacionais para lidar com metodologias digitais, especialmente na Educação Infantil. Professores tiveram que adaptar suas práticas sem a formação adequada para o ensino remoto, improvisando estratégias que, apesar de relevantes, não conseguiram substituir a presença física e o contato direto com os alunos. O relatório também destaca que, em países como o Brasil, a ausência de políticas públicas voltadas para o fortalecimento da educação digital contribuiu para que a transição fosse desigual, resultando em perdas de aprendizagem mais acentuadas entre crianças de famílias em situação de vulnerabilidade.

Além da lacuna na formação docente, a dependência da mediação familiar emergiu como uma das principais dificuldades do ensino remoto. Dados da Pesquisa

Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD-C, 2021) indicam que uma parcela significativa dos responsáveis não possuía condições de acompanhar as atividades escolares das crianças, seja por dificuldades de escolarização própria, seja pela sobrecarga de trabalho e de responsabilidades domésticas. Essa realidade impactou diretamente a alfabetização infantil, pois muitas crianças tiveram um suporte limitado para a realização das atividades propostas, o que comprometeu sua progressão na leitura e na escrita. Em contraste, famílias com maior nível de escolarização e maior acesso a recursos tecnológicos conseguiram oferecer um suporte mais eficaz, criando um abismo ainda maior entre crianças de diferentes contextos socioeconômicos (CNE, 2022).

A desigualdade no acesso às tecnologias também desempenhou um papel determinante nos resultados do ensino remoto. O relatório do CETIC.br (2021) aponta que, embora o Brasil tenha registrado um aumento no número de domicílios conectados à internet nos últimos anos, essa ampliação não garantiu equidade na qualidade do acesso. Enquanto algumas crianças puderam acompanhar aulas por meio de computadores e plataformas interativas, outras dependeram de celulares compartilhados, pacotes de dados limitados e, em muitos casos, da distribuição de materiais impressos como única forma de contato com a escola (UNICEF, 2022). Essas condições heterogêneas resultaram em experiências educacionais profundamente desiguais, reforçando a necessidade de investimentos estruturais na universalização do acesso à internet e na distribuição de dispositivos para alunos da rede pública.

Mesmo diante dessas dificuldades, algumas estratégias se mostraram eficazes para minimizar os impactos do ensino remoto. O contato frequente entre professores e famílias, a adaptação de materiais didáticos para diferentes realidades e a implementação de programas de reforço escolar após a reabertura das escolas foram medidas que contribuíram para reduzir a defasagem na alfabetização (BRASIL, 2021). No entanto, a literatura aponta que essas iniciativas precisam ser ampliadas e sustentadas a longo prazo, pois a recomposição da aprendizagem exige tempo, planejamento e continuidade nas políticas educacionais (ALVES; TASSONI, 2024).

O debate sobre a adoção de um modelo híbrido para a alfabetização infantil também emerge como uma questão central no cenário pós-pandêmico. Embora a pandemia tenha demonstrado que a tecnologia pode ser uma aliada na educação, os dados analisados sugerem que sua eficácia depende de uma implementação

cuidadosa, que respeite as especificidades da Educação Infantil. A introdução de recursos digitais no ensino da leitura e da escrita pode ser um complemento importante, desde que a presença do professor e a interação entre pares sejam preservadas (UNESCO, 2022). No entanto, sem investimentos na formação docente e na infraestrutura digital das escolas públicas, a digitalização da educação corre o risco de acentuar desigualdades em vez de reduzir lacunas de aprendizagem.

Diante desse cenário, a experiência do ensino remoto reforça a necessidade de um compromisso político e institucional para garantir que as crianças tenham acesso a uma alfabetização de qualidade, independentemente de seu contexto socioeconômico. A pandemia evidenciou fragilidades históricas do sistema educacional brasileiro, mas também abriu espaço para reflexões sobre novas práticas pedagógicas e a importância de fortalecer a relação entre escola e família. O desafio que se impõe agora é transformar esses aprendizados em políticas públicas efetivas, que garantam que todas as crianças tenham as condições necessárias para desenvolver plenamente suas competências leitoras e escritoras.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os impactos do ensino remoto na alfabetização infantil evidenciam que a pandemia de Covid-19 não apenas interrompeu o funcionamento regular das escolas, mas também aprofundou desigualdades educacionais e expôs fragilidades estruturais do sistema de ensino brasileiro. O deslocamento do ensino presencial para o ambiente virtual gerou desafios que ultrapassaram a simples adaptação de metodologias, afetando diretamente o desenvolvimento da leitura e da escrita em crianças que se encontravam nos primeiros anos de escolarização. A necessidade de estratégias emergenciais para minimizar essas dificuldades levou à adoção de práticas inovadoras e ao fortalecimento da relação entre escola e família, mas os resultados obtidos demonstram que essas ações não foram suficientes para evitar a defasagem na aprendizagem.

O estudo analisou como a alfabetização infantil, por ser um processo que envolve interações sociais, práticas lúdicas e mediação pedagógica constante, foi comprometida no ensino remoto, especialmente para crianças que dependiam do ambiente escolar como principal espaço de contato com a cultura escrita. As dificuldades enfrentadas pelos professores na adaptação de suas práticas, a falta de infraestrutura tecnológica para muitas famílias e a sobrecarga dos responsáveis no acompanhamento das atividades escolares foram fatores determinantes para a ampliação das desigualdades educacionais. Além disso, a heterogeneidade nas condições de acesso às ferramentas digitais demonstrou que o ensino remoto foi viável apenas para um segmento privilegiado da população, enquanto a maioria das crianças em situação de vulnerabilidade ficou excluída de uma experiência educacional plena.

As estratégias adotadas, como a distribuição de materiais impressos, o uso de plataformas digitais e a intensificação do contato entre professores e responsáveis, mostraram-se importantes para mitigar os impactos da pandemia, mas não conseguiram substituir a necessidade do ensino presencial. A alfabetização infantil requer um ambiente rico em interações, no qual a leitura e a escrita sejam exploradas em situações significativas, algo que foi prejudicado pela virtualização do ensino. O contato reduzido com os pares e a impossibilidade de trocas espontâneas limitaram o desenvolvimento das crianças, tornando evidente que a escolarização nos primeiros

anos não pode ser eficaz sem a presença física do professor e a socialização no espaço escolar.

O estudo também discutiu as iniciativas implementadas no período pós-pandemia para recompor a aprendizagem, incluindo programas de reforço escolar e políticas públicas voltadas à recuperação da alfabetização. No entanto, essas ações precisam ser ampliadas e sustentadas ao longo dos próximos anos, uma vez que a defasagem causada pela pandemia não pode ser solucionada apenas com medidas pontuais. Além da recuperação dos conteúdos perdidos, é necessário um planejamento estruturado para garantir que todas as crianças tenham oportunidades equitativas de acesso à educação de qualidade, independentemente de seu contexto socioeconômico.

A experiência da pandemia também trouxe à tona a necessidade de um debate mais aprofundado sobre o papel das tecnologias na educação. Embora o ensino remoto tenha evidenciado a importância da digitalização como um recurso complementar, ele também demonstrou que a tecnologia, por si só, não resolve os desafios da alfabetização. A incorporação de práticas híbridas no ensino infantil deve ser realizada com cautela, garantindo que o uso de ferramentas digitais não substitua a mediação humana essencial para a aprendizagem da leitura e da escrita. Para isso, é imprescindível investir na formação continuada dos docentes, no desenvolvimento de metodologias que integrem tecnologia e ensino presencial e na ampliação do acesso a dispositivos e internet para os estudantes da rede pública.

Diante desse cenário, o presente estudo reforça a necessidade de um compromisso efetivo do poder público, das instituições de ensino e da sociedade para a garantia de uma alfabetização equitativa e de qualidade. A pandemia foi um alerta sobre as desigualdades estruturais da educação brasileira e sobre a urgência de políticas que assegurem que todas as crianças tenham condições de aprender, independentemente das circunstâncias. A superação dos desafios impostos pelo ensino remoto exige um olhar cuidadoso para as práticas pedagógicas, as políticas de formação docente e a valorização do espaço escolar como um ambiente indispensável para o desenvolvimento infantil. A alfabetização não pode ser vista apenas como um processo técnico, mas como um direito fundamental que precisa ser assegurado a todas as crianças, para que possam se inserir plenamente na sociedade letrada e exercer sua cidadania de forma crítica e autônoma.

REFERÊNCIAS

- ALVES, R. A. M.; TASSONI, E. C. M. T. Desafios de alfabetizadoras no pós-pandemia. *Retratos da Escola*, [S. l.], v. 18, n. 40, 2024. Disponível em: <https://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/1969>. Acesso em: 26 fev. 2025. DOI: <https://doi.org/10.22420/rde.v18i40.1969>.
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 25 fev. 2025.
- BRASIL. Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/9394.htm. Acesso em: 25 fev. 2025.
- BRASIL. Lei n.º 14.040, de 18 de agosto de 2020. Estabelece normas educacionais excepcionais a serem adotadas durante o estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo n.º 6, de 20 de março de 2020. Brasília, DF, 2020. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2020/Lei/L14040.htm. Acesso em: 25 fev. 2025.
- BRASIL. Ministério da Educação. *Diretrizes para Programas de Recuperação da Aprendizagem Pós-Pandemia*. Brasília, DF, 2022. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br>. Acesso em: 25 fev. 2025.
- BRASIL. Ministério da Educação. *Relatório Nacional da Educação na Pandemia*. Brasília, DF, 2021. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br>. Acesso em: 25 fev. 2025.
- CETIC.br – Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação. *Pesquisa TIC Educação 2021*. São Paulo: CETIC.br, 2021. Disponível em: <https://cetic.br>. Acesso em: 25 fev. 2025.
- CNE – Conselho Nacional de Educação. Parecer CNE/CP n.º 5/2022. Brasília, DF, 2022. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/conselho-nacional-de-educacao>. Acesso em: 25 fev. 2025.
- CUNHA, D.; CARVALHO, A. Desafios da mediação pedagógica no ensino remoto: um olhar sobre a Educação Infantil. *Revista Brasileira de Educação Infantil*, v. 22, n. 2, p. 113-132, 2021.
- FONSECA, L. O papel da mediação familiar na alfabetização infantil durante a pandemia. *Cadernos de Educação*, v. 18, n. 1, p. 76-92, 2021.

GATTI, B. A. et al. O impacto do ensino remoto na docência: desafios e possibilidades. *Revista Brasileira de Política e Administração da Educação*, v. 37, n. 2, p. 415-434, 2021.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *PNAD Contínua: impactos da pandemia na educação básica brasileira*. Rio de Janeiro: IBGE, 2021. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 25 fev. 2025.

PERNAMBUCO. *Programa Criança Alfabetizada*. Recife: Governo do Estado de Pernambuco, 2021. Disponível em: <https://www.educacao.pe.gov.br>. Acesso em: 25 fev. 2025.

SÃO PAULO. *Programa de Recomposição da Aprendizagem*. São Paulo: Secretaria de Educação do Estado de São Paulo, 2022. Disponível em: <https://www.educacao.sp.gov.br>. Acesso em: 25 fev. 2025.

SILVA, R. et al. Alfabetização infantil no ensino remoto: desafios e possibilidades. *Revista Brasileira de Alfabetização*, v. 12, n. 1, p. 65-84, 2021.

SOARES, M. Alfabetización y letramento: concepciones. *El Toldo de Astier*, [s. l.], 2020.

TEBEROSKY, A.; COLOMER, T. *Aprender a escrever, aprender a ler*. Porto Alegre: Artmed, 2013.

TOLCHINSKY, L. *The cradle of culture and what children know about writing and numbers before being taught*. Mahwah: Lawrence Erlbaum, 2003.

UNESCO. *Education in a post-pandemic world*. Paris: UNESCO, 2022. Disponível em: <https://www.unesco.org>. Acesso em: 25 fev. 2025.

UNICEF. *O impacto da pandemia na alfabetização infantil no Brasil*. Brasília:

UNICEF, 2022. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil>. Acesso em: 25 fev. 2025.